

GUILHERME MASCARETTI PROENÇA

**Desemprego, desigualdade salarial e curva de phillips distributiva no Brasil: uma
análise de dados em painel dos Censos Demográficos de 2000 e 2010**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharelado em Economia.

Orientadora: Profa. Dra. Laura Barbosa de Carvalho
Coordenador: Prof. Dr. Luis Eduardo Negrão Meloni

SÃO PAULO

2021

GUILHERME MASCARETTI PROENÇA

**Desemprego, desigualdade salarial e curva de phillips distributiva no Brasil: uma
análise de dados em painel dos Censos Demográficos de 2000 e 2010**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharelado em Economia.

Orientadora: Profa. Dra. Laura Barbosa de Carvalho
Coordenador: Prof. Dr. Luis Eduardo Negrão Meloni

SÃO PAULO

2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Proença, Guilherme

Desemprego, desigualdade salarial e curva de phillips distributiva no Brasil: uma análise dos Censos Demográficos de 2000 e 2010– São Paulo, 2021.

31 páginas.

Orientadora: Profa. Dra. Laura Barbosa de Carvalho.

Área de concentração: Macroeconomia da desigualdade.

Tese de bacharelado – Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo

1. Disparidade salarial; 2. Taxa de desemprego; 3. Economia brasileira

Dedico essa monografia à minha mãe, Renata, ao meu irmão, Filipe, ao meu pai, Rogério, ao meu avô, Renato, à minha avó, Luiza e também aos meus pais de criação e de coração, Celso Rebello e Flávia Batista. Sem vocês nada disso seria possível.

Agradecimentos

Primeiro, gostaria de agradecer pela oportunidade de integrar à Universidade de São Paulo, uma universidade pública, gratuita e de excelência. Por um lado, é uma enorme alegria sair da universidade evê-la cada vez mais com outro perfil do corpo discente, que tanto lutamos para que pudesse acessar e permanecer na universidade. Por outro lado, deixo a universidade em um momento de posição de uma política obscurantista, com cortes na educação e na ciência e uma crise econômica que aumenta nossas desigualdades sociais e a fome do nosso povo. Logo, defender a universidade é necessário, mas mais do que isso, saio da USP ciente da responsabilidade de agir de forma urgente com esse conhecimento, de forma que esteja em diálogo e a serviço da classe trabalhadora brasileira, para que possamos prestar assistência e contribuir em sua organização para que possamos de fato mudar nosso país e superar nossas desigualdades e subdesenvolvimento.

Segundo, não há como não expressar um sentimento de enorme gratidão a todas as professoras e todos os professores brilhantes com quem pude aprender e dialogar durante minha graduação, em especial às duas maiores economistas que eu conheço, Leda Paulani e Laura Carvalho. Vocês não imaginam a honra que sinto ao chamá-las de “minhas orientadoras”. Leda, obrigado por ter sido uma verdadeira professora e companheira de luta, me ensinando desde a escrever até as suas brilhantes exposições em aula, em sua sala ou em seminários, atos e eventos. Sua disposição para qualquer chamado dos estudantes é um exemplo de solidariedade e compromisso com a militância que busco carregar comigo. Laura, obrigado por todos os aprendizados e por me inspirar de que a luta por um outro modelo de desenvolvimento econômico brasileiro é possível. Ser orientado pela maior macroeconomista do nosso campo da atualidade, sem dúvida, foi a maior oportunidade da minha vida. Agradeço imensamente por nossas interlocuções e por sua paciência com minha inexperiência. Espero que seja apenas o começo de nossa interlocução e trabalho conjunto. Deixo aqui também minha gratidão a toda a colaboração do Naércio Menezes-Filho, quase como um co-orientador. Destaco também meu agradecimento a outros grandes mestres nessa graduação: ao Pedro Garcia Duarte, que me encantou com a ciência econômica e, principalmente, com o debate econômico, desde o meu primeiro dia de aula na FEA; ao José Flávio Motta, pela resiliência de mostrar que uma universidade pública deveria estar colocando ao centro o entendimento e a superação dos gargalos sociais econômicos históricos

brasileiros; ao Jorge Grespan, que me abriu as portas para o desvelamento de nossa sociedade com a apreensão do mundo da dialética.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os meus amigos e companheiros de luta. Ao David Dimantas, Alberto Costa e Fábio Azul por me fazerem acreditar que relações de confiança e fraternidade podem ser eternas. À Vitória Colucci, Mateus Rodrigues e Marco Funchal pelas melhores companhias que eu como calouro poderia ter. À Isabela Cordeiro, Larissa Spinola e Vitor Gimenez pela luta por uma faculdade pública mais conectada com o Setor Público. Ao Jordi Herrera e João Vaz, por tudo que compartilhamos, inclusive um eterno lar. À Isabela Awdrey, Felipe Leite, Paulo Harunari, Fabiana Martins e Francisco Gremaud pelo engajamento no movimento estudantil, que possibilitou o amor e o descobrimento da política. Ao Lelo Belém, Diego Pandullo e Giovanna Costanti pelo aprendizado, companheirismo e luta diária. À Thaise Pacheco e Luna Brandão pela representação dos nossos sonhos. À Isabela Abu, Kayque Soares, José Bergamin, Juliana Godoy, José Paulo Mendes, Andrea Campos e Ana Maria Bergamo pela amizade e utopia compartilhada. À Mãezinha Severina, por me mostrar que nossos corações podem ser muito maiores do que eu imaginava. À Tia Maria pela admiração e aprendizado que só aumenta a cada novo dia que nos encontramos. Ao Henrique Guizzardi e Vitor Gimenez, que me mostraram que é possível alguém dar a mão sem pedir nada em troca. À Ana Beatriz pelo suporte em nosso lar ao longo da construção desse trabalho.

Obrigado pelos melhores seis anos da minha vida.

“A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na ‘inversão da práxis’, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens” (FREIRE, 2017, p.51)

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES	8
Resumo	9
Abstract	10
I) Introdução	11
II) Revisão de literatura	14
II.1) Crescimento, desemprego e desigualdade de renda	14
II.2) Desemprego e salário: curva de Phillips distributiva?	16
II.3) Disparidade salarial no Brasil nos anos 2000	18
III) Base de Dados e Metodologia	20
Base de dados	21
Metodologia	23
IV) Resultados	24
V) Conclusão	25
VI) Referências bibliográficas	28

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Taxa de desemprego desde 1980	10
Figura 2 - Efeito absoluto de cada componente sobre o índice de Gini	11
Tabela 1 - Descrição de variáveis	24
Tabela 2 - Resultados	26

Resumo

Desemprego, desigualdade salarial e curva de Phillips distributiva no Brasil: uma análise de dados em painel dos Censos Demográficos de 2000 e 2010

Há vasta literatura econômica brasileira que busca estabelecer determinantes microeconômicos para variações no índice Gini para salários. Diferentemente, o objetivo desta pesquisa é estudar um determinante macroeconômico para variações na desigualdade de renda do trabalho, em que se busca estabelecer de forma quantitativa a hipótese de que a taxa de desemprego impacta na disparidade salarial, de modo a apontar evidências sobre a existência do que conceituamos de curva de Phillips distributiva. Utiliza-se de uma regressão linear múltipla de dados em painel de efeitos fixos dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, com uma decomposição quantílica ao longo da distribuição de rendimentos. O resultado estimado aponta, por um lado, o efeito não significante da taxa de desemprego nos salários do “topo” da distribuição e, por outro lado, o efeito significante e negativo da taxa de desemprego nos salários da “base” da distribuição. Portanto, são reportadas evidências para o impacto da taxa de desemprego na desigualdade salarial e, consequentemente, sobre a existência da curva de Phillips distributiva.

Palavras-chave: Macroeconomia da desigualdade, Desemprego, Disparidade salarial, curva de Phillips, Economia brasileira, Dados em Painel.

JEL Codes: E24, D31.

Abstract

Unemployment, wage inequality and the distributive Phillips curve in Brazil: an analysis of panel data from the 2000 and 2010 of the Demographic Censuses

There is a vast Brazilian economic literature that seeks to establish microeconomic determinants for variations in the Gini Index for wages. In contrast, the objective of this research is to study a macroeconomic determinant for variations in labor income inequality, which seeks to quantitatively establish the hypothesis that the unemployment rate impacts the wage gap, in order to point out evidence on the existence of that we conceptualize the distributive Phillips curve. The empirical model is a fixed effects panel data from the 2000 and 2010 Demographic Censuses, with a quantile decomposition along the income distribution. The estimated result points out, on one hand, the non-significant effect of the unemployment rate on the wages of the “top” of the distribution and, on the other hand, the significant and negative effect of the unemployment rate on the wages of the “bottom” of the distribution. Therefore, evidence is reported for the impact of the unemployment rate on wage inequality and, consequently, for the existence of the distributive Phillips curve.

Keywords: Inequality Macroeconomics, Unemployment, Wage Inequality, Phillips Curve, Brazilian Economy, Panel Data.

I) Introdução

O Brasil está atualmente entre as quinze maiores economias do mundo e ocupou a sexta posição em 2011 (BANCO MUNDIAL, 2021). Ao mesmo tempo, o Brasil é o oitavo país mais desigual (PNUD, 2020), com uma história marcada pela estabilidade da elevada desigualdade de renda, com quedas lentas e subidas bruscas (SOUZA, 2016).

O debate sobre a distribuição de renda no Brasil ganhou maior centralidade a partir do significativo aumento no Índice de Gini entre as décadas de 1960 e 1970 (HOFFMANN e DUARTE, 1972; LANGONI, 1973). Em seguida, de 1980 até a virada do milênio, há uma relativa constância do mesmo indicador em patamar elevado, caracterizando a “estabilidade inaceitável” da desigualdade de renda brasileira (Barros et al., 2001). Contudo, a expressiva queda da desigualdade no período entre 2001 a 2015, em que o índice de Gini, por exemplo, diminuiu 13,6%¹, com uma significativa queda entre 2004 a 2008 (4,5%), promoveu uma extensa literatura que buscava estabelecer os determinantes dessas importantes reduções.

Há um relativo consenso na literatura empírica brasileira quanto à maior magnitude do efeito da redução da desigualdade da renda do trabalho na determinação da queda da desigualdade de renda no período (HOFFMANN (2006); SOARES (2006); SOARES et al. (2006); BARROS et al. (2010)), afinal, a maior parcela da renda total advém da renda do trabalho (SOARES, 2006). Considerando o período entre 2001 e 2015, SAAD et al. (2020) conclui que a fonte de renda que mais impactou na redução do índice de Gini foi a originária de todos os trabalhos (contribuição de 57,5%). Logo, fica nítida a importância do mercado de trabalho enquanto fator fundamental da dinâmica distributiva brasileira.

A partir dessa unânime relevância do mercado de trabalho, há a ênfase em diferentes determinantes da disparidade salarial: o capital humano, como em SILVA et al. (2016), que ressalta a queda na desigualdade educacional (efeito-composição), mas principalmente no retorno à educação (efeito-preço); o salário mínimo e a formalização, como em KOMATSU (2017), que estima que 68,6% da redução da desigualdade da renda do trabalho entre homens

¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

no período entre 2007 e 2011 deveu-se a aumentos do salário mínimo. Também se encontra resultados menores porém significativos para a formalização; a discriminação, como COTRIM et al. (2020) e SILVEIRA e LEÃO (2020), que analisam as variações nas desigualdades salariais e ocupacionais sob o ponto de vista do gênero e da raça; a segmentação, como FREGUGLIA, MENEZES-FILHO e SOUZA (2007), que caracterizam a redução das desigualdades regionais e setoriais dos rendimentos do trabalho. Portanto, destaca-se a busca por fatores e exercícios microeconóméticos no tratamento do objeto.

Todavia, a súbita ruptura de tendência de equalização salarial a partir do fim de 2014, que não só interrompeu a trajetória de diminuição da disparidade salarial, como também apresentou rápida reversão dos avanços anteriores, apontam novos desafios aos trabalhos dedicados a essa temática. Afinal, por um lado, não houveram mudanças significativas nos fatores microeconômicos antes apontados que possibilitem explicar por meio dessas variáveis o aumento brusco e acelerado dos indicadores de disparidade salarial. Por outro lado, há uma inequívoca e brusca variação em um importante índice macroeconômico, a taxa de desemprego, que saltou de 6,5% para 10,9% entre o quarto trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2016². O mesmo índice caiu à metade no período entre o primeiro trimestre de 2004 e o último trimestre de 2010, de 12,1% para 5,7%³.

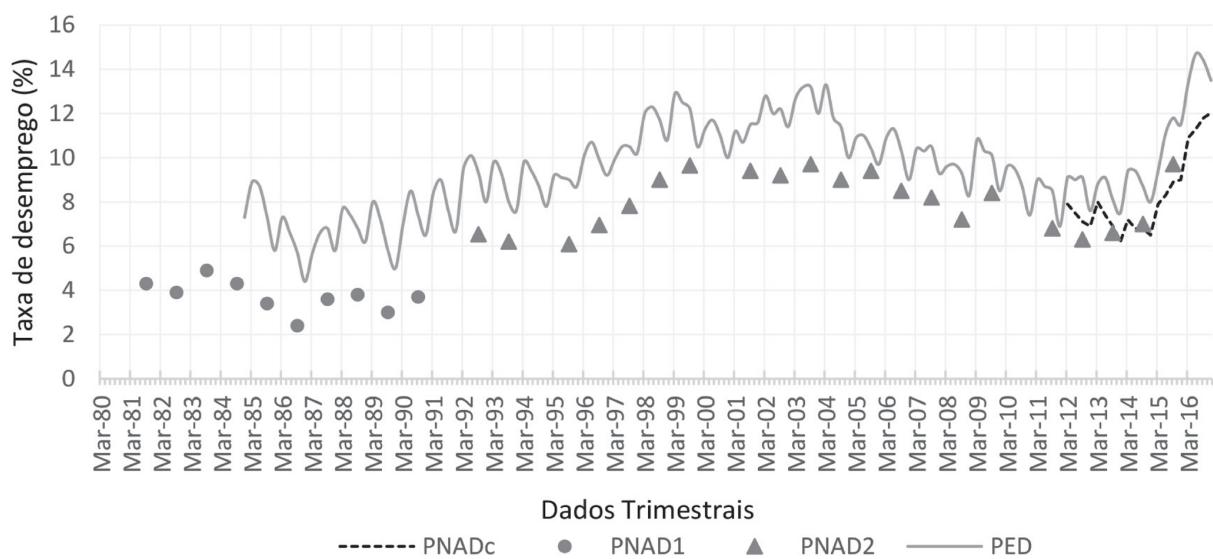


Fig. 1: Taxa de desemprego desde 1980, de BACCIOTTI e MARÇAL (2020)

² IBGE/PNAD Contínua

³ IBGE/PME

Nesse sentido, BARBOSA (2019)⁴, por exemplo, evidencia o aumento da desigualdade a partir de 2015 e afirma que inicialmente foram o desemprego e o desalento os principais determinantes para esse aumento e, a partir de 2016, as disparidades entre os ocupados passa a ser o principal fator. Outro resultado interessante do autor é empreendido por meio da análise de fatores “flutuantes” da renda efetiva, realizando a observação de que benefícios e direitos típicos (e sazonais) do setor formal se tornaram mais escassos e concentrados, argumentando que esse “componente (...) foi responsável pelo crescimento da desigualdade entre ocupados nos dois anos mais recentes” (BARBOSA, 2019, p.13). Além disso, o autor traça uma relação entre essa escassez e concentração de benefícios com a aprovação da reforma trabalhista de 2017⁵. Porém, segundo as próprias evidências de BARBOSA (veja gráfico abaixo), é a partir de 2016, portanto, anteriormente a qualquer mudança institucional no que tange às leis trabalhistas, que ocorre o início de uma elevação da desigualdade entre os trabalhadores ocupados.

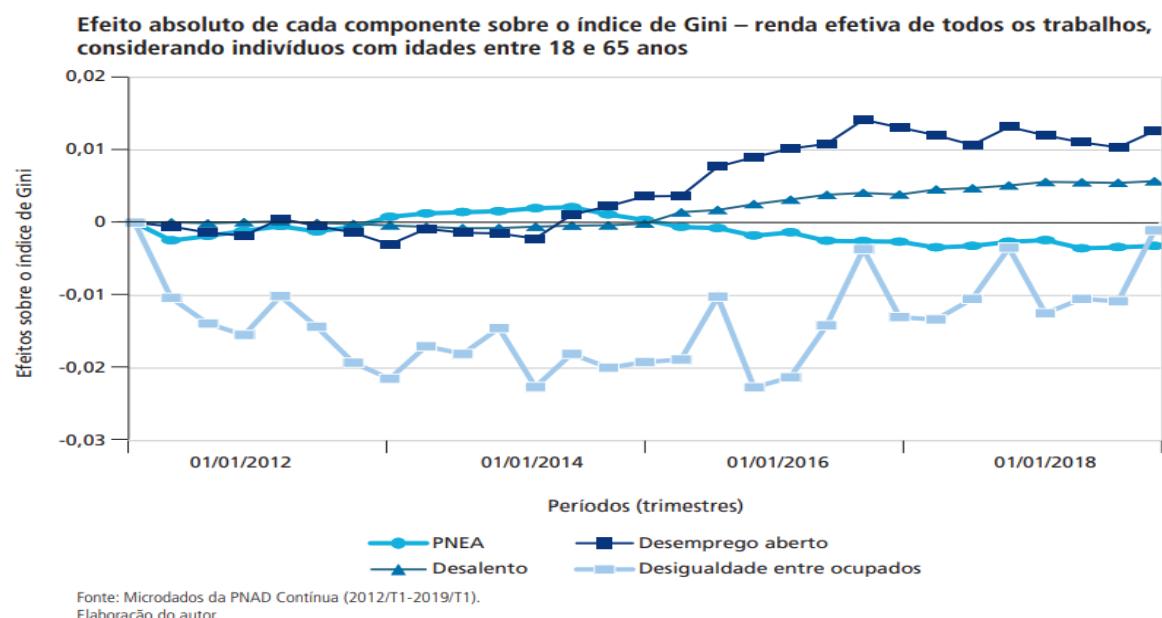


Fig. 1 Efeito absoluto de cada componente sobre o índice de Gini, de BARBOSA (2019).

Portanto, o presente trabalho busca contribuir à literatura empírica com um estudo quantitativo da relação entre a taxa de desemprego e a disparidade salarial, de modo a

⁴ Vale ressaltar que ainda é escassa a elaboração de trabalhos dedicados ao período recente.

⁵ “Tendo em vista a redução de postos formais e a flexibilização de algumas formas de contratação via Consolidação das Leis de Trabalho após a reforma trabalhista de 2017, aqueles benefícios extras se tornaram mais escassos e concentrados” (Barbosa, 2019, p.4)

explorar a relevância dessa variável macroeconômica para o debate sobre a distribuição de renda no Brasil. O exercício empírico é empreendido a partir de uma regressão de dados em painel do Censo Demográfico de 2000 e 2010⁶.

Além dessa introdução, o presente artigo se organiza em outras quatro seções. Na segunda seção, busca-se demonstrar uma lacuna na literatura econômica que explore a relação entre o desemprego e a desigualdade no rendimento do trabalho, apresentando uma revisão da literatura que aborda: i) a relação entre crescimento, emprego e distribuição de renda; ii) o nexo entre desemprego e a massa de salários; iii) os determinantes das variações na disparidade salarial no Brasil nos anos 2000. Com isso, apresenta-se um possível novo conceito teórico chamado “Curva de Phillips Distributiva”. Na terceira seção, descreve-se a metodologia e a base de dados. Apresenta-se os resultados na quarta seção e as conclusões, na quinta seção.

II) Revisão de literatura

II.1) Crescimento, desemprego e desigualdade de renda

Há um importante debate público no que tange à política econômica sobre se o crescimento seria de fato benéfico para os mais pobres. De um lado, alguns reafirmam a famosa frase de John Kennedy que “uma maré alta levanta todos os barcos”, ou até mesmo vão além e pontuam que o crescimento econômico e, consequentemente, a elevação do nível de emprego “levanta” principalmente o barco dos mais pobres. Convencionalmente, há a predição que mudanças no desemprego afetam principalmente a renda dos mais pobres, pois são estes os que mais dependem de remuneração via salário e que, portanto, resultaria em uma mudança na pobreza e na distribuição de renda do país. Na contramão, há aqueles que defendem que caso o crescimento e a manutenção do nível de emprego tenham como custo a produção de uma espiral inflacionária, na verdade a conduta de política econômica estaria prejudicando os mais pobres, pois são estes quem mais perderiam seu poder de compra.

⁶ O presente trabalho se restringirá há um estudo empírico dos microdados de 2000 e 2010 pois são estes os que estão disponíveis, graças a não realização dessa fundamental coleta de dados comumente realizada a cada dez em anos em todo o território brasileiro.

Em um primeiro momento, após o forte crescimento econômico nos EUA na década de 60, acompanhado de importante queda na desigualdade de renda e pobreza, BLANK (1986) se posiciona nesse debate afirmando que a pobreza e a renda do último quintil da distribuição são sensíveis ao ciclo econômico, tal que suas estimativas apontavam a taxa de desemprego com um efeito muito negativo na renda dos mais pobres, enquanto a inflação mostrou uma relação bastante reduzida. De acordo com essa abordagem e de forma bastante lateral, o canal para esse efeito seria o crescimento da renda do trabalho dos chefes de família. Além disso, a autora também indica que há diferenças entre os grupos quanto aos efeitos do desemprego: os não brancos, jovens e menos qualificados são mais prejudicados.

Todavia, a nova realidade empírica da economia estadunidense, em que há dois períodos de crescimento econômico, 1983-89 e 1992-93, com resultados de menor redução dos índices de pobreza e desigualdade na década de 80 e de elevação na década de 90, impuseram a necessidade da academia revisitar as teorias que relacionavam crescimento e distribuição de renda de forma mais imediata. Assim, BLANK (1997) sustenta que o desemprego continua a ser uma variável importante na distribuição de renda, contudo, seu efeito concorre com uma importante redução na demanda por trabalhadores menos qualificados a partir da internacionalização produtiva e da mudança tecnológica. CUTLER e KATZ (1991) argumentam na mesma direção, no sentido de que o desemprego continua a ser um fator determinante, contudo com efeitos mais fracos nos índices de pobreza graças às mudanças na demanda do mercado de trabalho dos EUA. Portanto, se o efeito do desemprego é atenuado devido a mudanças no mercado de trabalho, BLANK (2009) pontua que uma política econômica que busque a redução da pobreza e da desigualdade de renda deve perpassar por um elevado nível de emprego, mas também pelo aumento do salário mínimo.

AYALA, CANTÓ e RODRÍGUEZ (2016) afirmam que esses modelos clássicos construídos por essa agenda de pesquisa vem sofrendo críticas devido ao fato de que no período anterior à Grande Recessão de 2008 muitos países da OCDE experienciaram elevadas taxas de crescimento e a manutenção das taxas de pobreza e desigualdade. Segundo o argumento desses autores, mesmo que hajam resultados consistentes de que a taxa de desemprego é o indicador macroeconômico que mais impacta os mais pobres, há duas críticas relevantes à pesquisas nessa direção: i) a ausência de centralidade na queda dos salários reais dos trabalhadores menos qualificados e seus consequentes efeitos em termos de pobreza; ii) um

questionamento se a taxa agregada de desemprego é de fato a variável que mais importa em comparação a especificamente quem está desempregado. E é justamente desse segundo apontamento que partem os autores para seu exercício empírico, no qual encontram resultados de maior correlação entre o desemprego dos chefes de família e o nível de pobreza, em contraste à taxa de desemprego agregada.

Há, inclusive, literatura econômica brasileira que busca estimar a relação entre a taxa de desemprego e índices de pobreza e de desigualdade, como em CARDOSO et al. (1995) e BARROS et al. (2000). CARDOSO et al. buscam determinar os motores da piora na distribuição de renda no Brasil na década de 80 e concluem que o desemprego e a inflação impactam na desigualdade de renda. Já BARROS et al. concluem que há parâmetros significantes do efeito do desemprego na distribuição de renda e, principalmente, no índice de pobreza, mesmo que de baixa magnitude no período entre 1982 e 1998.

Nota-se, por um lado, certa abrangência e relevância sobre o debate econômico o impacto de variáveis macroeconômicas sobre a desigualdade de renda e a pobreza. Por outro lado, também se sobressai uma lacuna de pesquisas que se debruçam sobre a taxa de desemprego e a desigualdade entre os trabalhadores assalariados.

II.2) Desemprego e salário: curva de Phillips distributiva?

Na história do pensamento econômico e na literatura de economia do trabalho existem diferentes elaborações teóricas e empíricas quanto à relação entre o desemprego e o nível dos salários em uma economia capitalista.

R. M. Goodwin, em seu artigo “A Growth Cycle” (1967), fundamenta uma dinâmica cíclica de uma economia capitalista em que há o pressuposto de que, por um lado, em caso de um aumento da lucratividade, há uma elevação do produto e, portanto, do nível de emprego, e que, por outro lado, essa elevação do nível de emprego significa um aumento do poder de barganha dos trabalhadores e, assim, há uma elevação do nível de salários da economia e, consequentemente, uma queda na lucratividade. A partir disso, há o movimento simetricamente oposto.

A. W. Phillips, em seu artigo “The relation between unemployment and the rate of change of money wage rates in the United Kingdom, 1861-1957” (1958), conceitua e apresenta evidências estatísticas de que as variações no nível do salário nominal no Reino Unido podem ser explicadas por duas variáveis: i) a taxa de desemprego; ii) e a variação na taxa de crescimento do desemprego. Isso pois, primeiro, o inglês argumenta que em situação de elevada demanda por trabalho e baixo desemprego, os empregadores estariam mais dispostos a elevar o preço do salários dos empregos ofertados de modo a atrair os trabalhadores de outras empresas e indústrias, ao mesmo tempo que, em uma situação de elevado desemprego, Phillips afirma que os trabalhadores estariam menos relutantes a aceitar salários mais baixos do que o valor do salário vigente. Em seguida, o autor justifica que a taxa de variação da demanda por trabalho, ou seja, do desemprego, é determinante das variações salariais, pois em anos de crescimento econômico os empregadores estarão dispostos a pagar salários mais altos do que em situações em que há o mesmo nível de desemprego, mas que não há crescimento da demanda por trabalho, e o oposto em situações de redução da atividade econômica.

O resultado empírico e gráfico dessa pesquisa de Phillips ficou consagrada na teoria econômica como “curva de Phillips”, observada originalmente por meio de uma curva convexa em um diagrama entre a taxa de variação dos salários nominais e a taxa de desemprego. Vale ressaltar que seu formato convexo descreve uma relação mais acentuada em situações mais próximas ao pleno emprego comparadas a situações de maior desemprego. Logo, há na curva de Phillips a evidência de quanto mais próximo a economia estiver do pleno emprego da mão de obra, mais as reduções no desemprego resultam em ganhos salariais para os trabalhadores.

Todavia, mais do que estabelecer relações entre o desemprego e a massa de salários, no presente trabalho pretendemos radicalizar a formulação teórica de Phillips e buscar evidências na economia brasileira para existência de relações entre o desemprego e a disparidade salarial, conceituando o que chamamos de curva de Phillips distributiva. O pressuposto é que a taxa de desemprego, uma variável macroeconômica, permite que os trabalhadores da base da pirâmide da distribuição dos salários tenham ganhos salariais relativamente maiores do que os demais estratos de renda.

II.3) Disparidade salarial no Brasil nos anos 2000

BARROS e MENDONÇA (1995) argumentam que as disparidades salariais são determinadas por diferenças de produtividade ou devido à discriminação e segmentação.

No modelo neoclássico, em um equilíbrio de competição perfeita, o salário é determinado pela produtividade marginal do trabalho, ou seja, os diferentes rendimentos salariais seriam uma *proxy* e uma consequência direta das distintas produtividades dos indivíduos. Nesse sentido, a teoria do capital humano, com trabalhos como o de MINCER (1974), conceitua, em resumo, que os investimentos em educação aumentariam a produtividade do indivíduo. Logo, a teoria do capital humano e, portanto, as desigualdades educacionais e o retorno à educação, constituem uma explicação para a reprodução dessa desigualdade na renda do trabalho.

Assim, SILVA et. al (2016) encontram resultados na direção que a acumulação de capital humano desempenhou um papel essencial na redução da desigualdade salarial, enquanto as fricções no mercado de trabalho (discriminação e segmentação) desempenharam um papel secundário. Ainda de acordo com esses autores, a queda dos retornos educacionais (efeito-preço) exerceu um efeito mais significativo comparativamente aos aumentos dos anos de escolaridade dos trabalhadores (efeito-quantidade). Segundo TAVARES e MENEZES-FILHO (2008), a queda nos retornos do ensino médio e superior somada ao aumento nos retornos do ensino fundamental (a partir de 2002) explica esse fenômeno na educação.

Contudo, há diferentes autores que enfatizam as imperfeições do mercado de trabalho que são motoras de remunerações diferenciadas a trabalhadores de produtividade aparentemente idêntica. Isso é, o mercado de trabalho também cumpre um papel de promotor de desigualdades, não somente reproduzindo-as.

Uma abordagem bastante comum que caracteriza esse tipo de desigualdade são as advindas de discriminação por gênero e raça, em os indivíduos do sexo feminino e de cor negra ou indígena possuem rendimentos desfavoráveis.

ARAÚJO e RIBEIRO (2002) descrevem que a discriminação de mulheres no mercado de trabalho se processa tanto por um rendimento inferior na mesma ocupação (salarial), quanto pela seleção das mulheres para ocupações de menor rendimento (ocupacional), graças ao “essencialismo de gênero” definido por CHARLES e GRUSKY (2004). COTRIM et al. (2020) mostram a reduzida diminuição da penalização salarial das mulheres no período entre 2004 e 2014, mesmo com avanços na igualdade de gênero, com notável aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e da taxa de formalização do emprego feminino.

SOARES (2000) caracteriza que o salário de um indivíduo perpassa pela formação, inserção e definição salarial, sendo que em todas essas etapas o negro está prejudicado, resultado também presente nas estimativas de CAMPANTE, CRESPO e LEITE (2004). Além disso, SOARES (2000) também mostra que a discriminação racial se torna ainda maior no topo da distribuição, configurando um perfil “elitista” do racismo:

“existe uma visão do que seja o lugar do negro na sociedade, que é o de exercer um trabalho manual, sem fortes requisitos de qualificação em setores industriais pouco dinâmicos. Se o negro ficar no lugar a ele alocado, sofrerá pouca discriminação. Mas se porventura tentar ocupar um lugar ao sol, sentirá todo o peso das três etapas da discriminação sobre seus ombros.” (SOARES, 2000, pp. 24-25)

SILVEIRA e LEÃO (2020) expõem que há uma diminuição na penalização salarial para homens e mulheres negras no período entre 1986 e 2015, ao mesmo de tempo que afirmam que há a manutenção de significativos índices de discriminação de gênero e raça, tal que há a persistência da dupla penalização sobre a mulher negra⁷.

Outra abordagem refere-se à segmentação do mercado de trabalho, como a presente entre regiões geográficas e setores da economia, também produtora de disparidades salariais.

⁷ GONZÁLEZ (1979) levanta considerações sobre a inserção da mulher negra no capitalismo dependente brasileiro, a partir do conceito de massa marginal de trabalho desenvolvido por NUN (1969). A autora entende a situação das mulheres negras no mercado de trabalho como uma de marginalização decorrente da formação desigual do capitalismo brasileiro, que as mantém fora, inclusive, do exército industrial de reserva. Argumenta-se, assim, que a massa marginal se encontra permanentemente deslocada do circuito de emprego formal, sendo alocada em ocupações de baixa produtividade e, consequentemente, de menor remuneração.

AZZONI e SERVO (2002) indicam a presença de diferenciais de salários inter-regionais no país na década de 1990 e ARBACHE e NEGRI (2004) acusam que características da firma afetam a desigualdade da renda do trabalho no Brasil.

BARROS et al. (2007) evidenciam que fatores como discriminação e segmentação geram expressivas parcelas da desigualdade de rendimentos no mercado de trabalho e demonstram a queda de penalizações discriminatórias e das desigualdades regionais e setoriais no período entre 2001 e 2005, acarretando no decréscimo das disparidades de rendimentos.

Além dessas explicações, há trabalhos extremamente relevantes que apontam como a valorização do salário mínimo e o aumento da formalização impactaram a desigualdade salarial. KOMATSU (2017) estima efeitos positivos para ambos os fatores, com destaque para o salário mínimo, para o qual calcula a determinação de 68,6% da redução da desigualdade da renda do trabalho entre homens no período entre 2007 e 2011.

Porém, conforme apontado anteriormente, a partir de 2015 há uma brusca mudança da trajetória de equalização salarial para um crescimento rápido das diferenças entre trabalhadores desacompanhada de proporcionais variações em fatores antes apontados como determinantes da diminuição da disparidade dos rendimentos do trabalho. Com isso, autores renomados na temática distributiva brasileira como MEDEIROS e BARBOSA (2019) e NERI (2020) declararam em entrevistas que o “desemprego (...) nunca havia sido uma causa importante de desigualdade. Agora, porém, responde pela maior parte dela” e também que o desemprego é o “maior vilão” da elevação da desigualdade no período recente, respectivamente. Portanto, apesar da ainda escassa realização de trabalhos acadêmicos que tratem sobre os determinantes da desigualdade salarial nos últimos anos, há um apontamento de que a realidade dos indicadores econômicos e sociais direcionam para a evidência de um novo determinante a ser explorado: a taxa de desemprego.

III) Base de Dados e Metodologia

Base de dados

Dado o consenso sobre a relevância da desigualdade da renda do trabalho para a dinâmica da distribuição de renda brasileira e a hipótese recente de que o desemprego seria um fator determinante para a brusca reversão da trajetória de queda da desigualdade, o presente trabalho propõe uma primeira análise empírica que busca estimar a correlação entre a disparidade salarial e o desemprego.

A base de dados do trabalho empírico aqui proposto parte do Censo Demográfico dos anos de 2000 e 2010, pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Censo Demográfico coleta informações demográficas e socioeconômicas da população em todo o país. Uma característica importante é o fato que o Censo é uma pesquisa domiciliar com nível geográfico mais desagregado, abrangendo 5565 municípios brasileiros.

Segundo AYALA, CANTÓ e RODRÍGUEZ (2016), o uso de dados regionais frente aos dados agregados possibilitam uma amostra cíclica maior e possuem uma menor probabilidade de viés por omissão de variável, o que torna o exercício empírico mais robusto. Contudo, vale destacar que o Censo Demográfico é menos periódico em comparação a outras bases de dados como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e também não possui um acompanhamento dos mesmos indivíduos ao longo do tempo.

A variável dependente empregada na amostra foi o rendimento de todos os trabalhos distribuídos em decis por município. Além da taxa de desemprego por município, foram aplicadas no modelo, como controle, as seguintes variáveis agregadas populacionais por município: taxas dos níveis de instrução, idade média, taxa de mulheres e taxa de PPIs (pretos, pardos e indígenas). A descrição de todas as variáveis são detalhadas na Tabela 1.

A respeito da construção das variáveis, vale ressaltar a adaptação metodológica para *proxy* de escolaridade definida como nível de instrução. A construção da variável “nível de instrução” exigiu a segmentação dos indivíduos do Censo Demográfico de 2000 a partir dos anos de escolaridade: i) 0 a 7 anos definido como sem instrução ou ensino fundamental incompleto; ii) 8 a 10 anos como ensino fundamental completo; iii) 11 a 14 anos como ensino médio completo; iv) 15 a 17 anos como ensino superior completo. Isso porque no ano 2000 a variável coletada foi “anos de escolaridade”, enquanto em 2010 foi “nível de instrução”.

Variável (notação)	Descrição
Máximo rendimento salarial por decil de cada município (rendimentoQuantil)	Valor máximo de cada decil de rendimento de todos os trabalhos de cada município.
Taxa de desemprego municipal (taxadeDesemprego)	Valor unitário subtraído da razão entre o número de trabalhadores ocupados e a população economicamente ativa de cada município.
Idade média municipal (experMedia)	Idade média da população de cada município.
Percentual de trabalhadores sem instrução ou fundamental incompleto (seminstrucaoMedia)	Percentual de trabalhadores sem instrução ou fundamental incompleto ou com 0 a 7 anos de escolaridade de cada município..
Percentual de trabalhadores com ensino fundamental completo (fundamentalMedia)	Percentual de trabalhadores com ensino fundamental completo ou com 8 a 10 anos de escolaridade de cada município..
Percentual de trabalhadores com ensino médio completo (medioMedia)	Percentual de trabalhadores com ensino médio completo ou com 11 a 14 anos de escolaridade de cada município..
Percentual de trabalhadores com ensino superior completo (superiorMedia)	Percentual de trabalhadores com ensino superior completo ou com 15 a 17 anos de escolaridade de cada município.
Percentual de trabalhadores autodeclarados pretos, pardas ou indígenas municipal (ppiMedia)	Percentual de trabalhadores autodeclarados pretos, pardas ou indígenas segundo a classificação do IBGE de cada município.
Percentual de trabalhadoras do sexo feminino municipal (mulherMedia)	Percentual de trabalhadoras do sexo feminino de cada município.

Tabela 1 - Descrição das variáveis. Fonte: Elaboração própria.

Metodologia

A estimação e análise da correlação entre a desigualdade salarial e a taxa desemprego é empreendida por meio de uma regressão linear múltipla com dados em painel. O modelo de dados em painel utiliza dados longitudinais, o que permite captar efeitos de heterogeneidades individuais. Em comparação ao modelo de cross section, o modelo é vantajoso pois há a possibilidade captar o efeito de variáveis não observadas, além da menor possibilidade de colinearidade, maior variabilidade da amostra e também dos maiores graus de liberdade. Assim, os estimadores inferidos são mais eficientes (BALTAGI, 2005; GREENE, 2000).

O modelo de dados em painel aqui proposto é de efeitos fixos, dado que é quase sempre mais convincente para dados agregados em comparação ao modelo de efeitos aleatórios (WOOLDRIDGE, 2009). Além disso, o modelo de efeitos fixos com dois períodos de tempo é idêntico ao modelo de primeira diferença (WOOLDRIDGE, 2009). O estimador de efeitos fixos acomoda a correlação entre fatores não observados e as variáveis explicativas em qualquer período de tempo, supondo que esses fatores sejam invariantes no tempo, como características geográficas de um município, por exemplo.

O modelo econométrico de regressão típico da literatura de mercado de trabalho é a equação minceriana (Mincer, 1974):

$$\log(w) = \beta_0 + \beta_1 \text{educ} + \beta_2 \text{exper} + \beta_3 \text{exper}^2 + \beta X + \epsilon$$

onde $\log(w)$ é o logaritmo do rendimento do trabalho do indivíduo, educ é a escolaridade, exper é sua experiência, X é um vetor de características observáveis do indivíduo, como raça e gênero e ϵ é um erro estocástico.

De modo a permitir estimar o impacto da taxa de desemprego na disparidade salarial, a metodologia proposta é de comparar a magnitude do impacto dessa variável agregada nos diferentes indivíduos conforme sua posição na distribuição de rendimentos, algo que não é possível visto que não há o acompanhamento de indivíduos no Censo Demográfico. Com isso, a estratégia empírica adotada é a distribuição dos rendimentos salariais de cada

município em decis e a equiparação dos valores de máximo rendimento de cada decil entre os anos de 2000 e 2010, ou seja, em que os indivíduos de valor máximo de cada decil para os diferentes anos fossem os mesmos. Os decis com seus resultados reportados no modelo são os decis 10 e 90, entendendo-os como representativos da “base” e do “topo” da distribuição salarial, respectivamente.

Portanto, para o presente estudo empírico, a forma funcional é:

$$rendimentoQuantil_{it} = \beta_0 + \beta_1 taxadeDesemprego_{it} + \beta X + \alpha_i + \epsilon_{it}$$

onde t é o indicador de tempo e i se refere ao município. O termo α_i representa um efeito fixo não observado. O vetor X representa as variáveis de controle (nível de instrução, experiência, gênero e raça). Já o ϵ_{it} é o erro idiosincrático.

IV) Resultados

Os resultados do modelo econométrico proposto na seção anterior são reportados na Tabela 2.

Variáveis explicativas	Efeito Fixo com controle (twoways)	
	Topo (Decil 90)	Base (Decil 10)
<i>taxadeDesemprego</i>	0.37866 (0.58268)	- 8.8839e-01*** (2.2531e-01)
<i>mulherMedia</i>	- 906.19065*** (216.87733)	- 1.8141e+02* (8.3863e+01)
<i>ppiMedia</i>	- 90.44990* (45.71697)	1.0617e+02*** (1.7678e+01)
<i>experMedia</i>	- 83.74478*** (10.67484)	- 4.6804e+01*** (4.1278e+00)
<i>experMedia2</i>	1.02752*** (0.16364)	4.9475e-01*** (6.3279e-02)
<i>seminstrucaoMedia</i>	- 3942.02116*** (284.27619)	- 1.1418e+03*** (1.0993e+02)
<i>fundamentalMedia</i>	- 4783.56719*** (311.55258)	- 1.5684e+03*** (1.2047e+02)
<i>medioMedia</i>	- 1661.46286***	- 2.9527e+02*

	(306.53731)	(1.1853e+02)
<i>superiorMedia</i>	10987.33915*** (450.17108)	2.4337e+03*** (1.7407e+02)
R-squared	0,49421	0,36475

Tabela 2 - Resultados. Fonte: Elaboração própria.

De acordo com o modelo de dados em painel estimado por efeitos fixos de município e de ano (twoways) com as variáveis de controle (nível de instrução, experiência, raça e gênero), há um efeito não significante e positivo do desemprego nos salários do “topo” da distribuição.

Por sua vez, quando estimamos o modelo de dados em painel de efeitos fixos de município e de ano (twoways) com as variáveis de controle (nível de instrução, experiência, raça e gênero), há um efeito significante, negativo e de baixa magnitude da taxa de desemprego na determinação dos salários, com todas as variáveis de controle com resultados significantes a nível de 5%. Há o mesmo resultado encontrado na literatura quanto à penalização para mulheres e pretos, pardos e indígenas, com uma magnitude média de perda de quase mil reais em valores absolutos para as mulheres, além dos diferentes retornos à educação, também destacados na literatura.

Portanto, com o resultado insignificante para o topo da distribuição e a estimação negativa e significante (a nível de 1%) para a base da distribuição quanto a determinação dos rendimentos salariais pela taxa de desemprego, é possível apontar evidências para o impacto da taxa de desemprego na desigualdade salarial.

V) Conclusão

A literatura econômica, por um lado, aponta, primeiro, um efeito negativo do desemprego na pobreza e na distribuição de renda, segundo, uma relação negativa entre a taxa de desemprego e a massa de salários e, por último, diferentes determinantes microeconômicos para a queda da disparidade salarial na primeira década deste milênio no Brasil. Por outro lado, há uma lacuna de trabalhos que abordam a relação entre a taxa de desemprego e a desigualdade salarial, esta por sua vez definida de forma consensual como uma das principais variáveis da dinâmica da distribuição de renda no Brasil.

O presente trabalho buscou estabelecer uma primeira tentativa de explorar a relação de determinação da desigualdade da renda do trabalho a partir de uma variável macroeconômica, a taxa de desemprego, visto a evidência de dados mais recentes que mostram a brusca reversão da trajetória de equalização salarial, essa desacompanhada de expressivas variações nos principais determinantes apontados pela literatura (salário mínimo, escolaridade e etc.), ao mesmo tempo que há um aumento acelerado e significativo do desemprego no mesmo período.

Os resultados encontrados a partir de uma regressão de dados em painel de efeitos fixos dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, apontam: i) uma relação insignificante entre o salário e a taxa de desemprego para o “topo” da distribuição (decil 90%); ii) estimação significante, negativa e de baixa magnitude do efeito da taxa de desemprego na determinação dos salários da “base” da distribuição (decil 10%).

Assim, é possível afirmar que essa tentativa estabelece uma significante correlação entre a desigualdade salarial e a taxa de desemprego, afinal, segundo os resultados estimados, a elevação da taxa de desemprego penaliza os salários dos mais pobres, enquanto não altera de forma significativa os salários dos mais ricos.

Portanto, há o indicativo sobre a existência do conceito teórico aqui apresentado chamado “curva de Phillips distributiva”, em que os salários principalmente da base seriam afetados pelas variações no desemprego.

Por fim, visto as evidentes limitações metodológicas de um trabalho econométrico de monografia, a continuidade de trabalhos que explorem essa relação a partir de outras bases de dados e também novamente com Censo Demográfico, quando houver coleta mais recente desta pesquisa, são fundamentais para que se possa verificar a validade e o aprofundamento dos resultados deste trabalho, inclusive quanto ao novo conceito teórico apresentado.

VI) Referências bibliográficas

ARAÚJO, V. F., RIBEIRO, E. P. Diferenciais de rendimentos por gênero no Brasil: uma análise regional. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 33, n. 2, p. 196-217, 2002.

ARBACHE, J. S. & NEGRI, J. A. Filiação industrial e diferencial de salários no Brasil. **Revista Brasileira de Economia** 58(2), p. 159–184, 2004.

AYALA, Luis; CANTÓ, Olga; RODRÍGUEZ, Juan G. Poverty and the business cycle: A regional panel data analysis for Spain using alternative measures of unemployment. **The Journal of Economic Inequality**, v. 15, n. 1, p. 47-73. 2017.

AZZONI, C. R. & SERVO, L. M. S. Education, cost of living and regional wage inequality in brazil in the 90's. **Papers in Regional Science** 81(81), p. 157– 175, 2002.

BACCIOTTI, Rafael; MARÇAL, Emerson Fernandes. Taxa de Desemprego no Brasil em quatro décadas: retropulação da PNAD contínua de 1976 a 2016. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 50, p. 513-534, 2020.

BANCO MUNDIAL. World Development Indicators Database. Current GDP. Disponível em: <[https://databank.worldbank.org/source/global-economic-monitor-\(gem\)](https://databank.worldbank.org/source/global-economic-monitor-(gem))>. Acesso em 13 nov. 2021.

BALTAGI, B. H. Econometric analysis of panel data. 3. ed. John Wiley & Sons Ltd. 2005.

BARBOSA, Rogério Jerônimo. Estagnação desigual: desemprego, desalento, informalidade e a distribuição da renda do trabalho no período recente (2012-2019). 2019.

BARROS, Ricardo P.; Poverty, inequality and macroeconomic instability. Texto para discussão n° 750 **IPEA**: Rio de Janeiro, ago. 2000.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S.; MEDONÇA, R. Determinantes da Queda na Desigualdade de Renda no Brasil. Texto para Discussão, n. 1.460. Rio de Janeiro: **IPEA**, jan. 2010.

BARROS, R. P.; FRANCO, S.; MEDONÇA, R. Discriminação e Segmentação no Mercado de Trabalho e Desigualdade de Renda no Brasil. Texto para Discussão, n. 1.288. Rio de Janeiro: **IPEA**, jul. 2007

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. Texto para discussão nº 800, Rio de Janeiro: **IPEA**, 2001.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. Os determinantes da desigualdade no Brasil. Texto para Discussão, n. 377. Rio de Janeiro: **IPEA**, 1995.

BLANK, R.M. Why Has Economic Growth Been Such an Ineffective Tool Against Poverty in Recent Years?. **J. Neil (Ed.), Poverty and Inequality: The Political Economy of Redistribution** p. 27–41, 2008.

BLANK, R.: Economic change and the structure of opportunity for less-skilled workers. **Cancian, M., Danziger, S. (eds.) Changing Poverty, Changing Policy. New York: Russell Sage Foundation.** 2009

BLANK, R.M., BLINDER, A.S.: Macroeconomics, income distribution, and poverty. **Danziger, S. (ed.) Fighting Poverty: What Works and What Does Not. Cambridge: Harvard University Press.** 1986.

CAMPANTE, F. R., CRESPO, A. R. V. & LEITE, P. G. P. G. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. **Revista Brasileira de Economia** 58(2), p. 185–210, 2004.

CARDOSO, E., PAES DE BARROS, R. and URANI, A. Inflation and unemployment as determinants of inequality in Brazil: The 1980s. **R. Dornbusch, R. and Edwards, S. (eds), Reform, Recovery and Growth: Latin America and the Middle-East. Chicago: University of Chicago Press for the NBER.** 1995

CHARLES, M. & GRUSKY, D. B. Occupational ghettos: The worldwide segregation of women and men. Stanford, CA: **Stanford University Press**. 2004.

COTRIM, L. R.; TEIXEIRA, M. O.; PRONI, M. W. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil. Campinas: Unicamp. IE, Texto para Discussão, n. 383. jun. 2020.

CUTLER, D.M., K, L.F.: Macroeconomic performance and the disadvantaged. **Brook**. Pap. Econ. Act. 2, p. 1–74. 1991.

FREGUGLIA, R. S.; MENEZES-FILHO, N. A.; SOUZA, D. B. Diferenciais salariais inter-regionais, interindustriais e efeitos fixos individuais: uma análise a partir de Minas Gerais. **Estud. Econ.**, São Paulo, 37(1): p. 129-150, jan.-mar. 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido, 63a Ed. Rio de Janeiro, **Paz e Terra**, 2017

GONZALEZ, L. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos políticos e linguísticos da exploração da mulher. 1979.

GOODWIN, Richard M. A growth cycle. Essays in economic dynamics. **Palgrave Macmillan**, London, 165-170. 1982.

GREENE, W. H. Econometric analysis. 4. ed. New Jersey: Prentice Hall, 2000

HOFFMAN, R. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004. **Econômica**, v. 8, n. 1, 2006.

HOFFMANN, R.; DUARTE, J. C. A distribuição da renda no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 12, nº 2, p. 46-66, 1972.

KOMATSU, Bruno Kawaoka. Salário mínimo, desigualdade e informalidade. 2013. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração e

Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em <doi:10.11606/D.12.2013.tde-26032014-194017> Acesso em: 2020-08-18.

LANGONI, C. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: **Expressão e Cultura**, 1973.

MEDEIROS, M. Barbosa, R. A desigualdade está crescendo - e a culpa é do desemprego. The Intercept Brasil, 30 de Julho de 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/07/29/desemprego-alavancou-a-desigualdade/>>. Acesso em: 2021-11-17.

MINCER, J. Schooling, Experience and Earnings. **Columbia University Press**: New York, 1974

NERI, M. A trajetória da desigualdade no Brasil. Nexo, 20 de Fev de 2020. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2020/02/20/A-trajet%C3%ADria-da-desigualdade-no-Brasil-segundo-este-economista>>. Acesso em: 2021-11-17.

NUN, J. Superoblación relativa, ejercito industrial de reserva y masa marginal. **Revista Latinoamericana de Sociología**, Santiago, v. 5, n. 2, p.180-225, 1969.

PHILLIPS, Alban W. The relation between unemployment and the rate of change of money wage rates in the United Kingdom, 1861-1957. **economica** **25.100**, 283-299. 1958.

SAAD, M. G. et al. Os determinantes da queda da desigualdade de renda nas regiões brasileiras entre 2001 e 2015. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 35, n. 104, 2020.

SILVA, V. H. M. C.; FRANÇA, J. M. S.; PINHO, V. R. Capital humano e desigualdade salarial no Brasil: uma análise de decomposição para o período 1995-2014. **Estudos Econômicos** (São Paulo), v. 46, n. 3, p. 579-608, 2016.

SILVEIRA, L.; LEÃO, N. O impacto da segregação ocupacional por gênero e raça na desigualdade de renda no Brasil em três décadas (1986-2015). **Revista Latinoamericana de Población**, v. 14, n. 27, 2020. DOI: <https://doi.org/10.31406/relap2020.v14.i12.n27.2>.

SOARES, S. S. D. O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Rio de Janeiro: **IPEA**, 2000. 26 p. (Texto para discussão; 769)

SOARES, S. Análise de Bem-Estar e Decomposição por Fatores da Queda na da Desigualdade entre 1995 e 2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, v.8, n. 1, 2006.

SOARES, F. V.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; GERREIRO, R. Programas de Transferência de Renda no Brasil: Impactos sobre a desigualdade. Texto para Discussão, n. 1.228. Brasília: **IPEA**, out, 2006.

SOUZA, P.H.G.F. (2016) A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. Tese de Doutorado. Brasília, setembro de 2016. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/pct/2017/Teses-Premiadas/SociologiaPedor-Herculano-Guimaraes-Ferreira-de-Souza.PDF>>.

TAVARES, P.; MENEZES-FILHO, N. A. O Papel do capital humano na desigualdade de salários no Brasil entre 1981 e 2006. In: **Encontro de Estudos Populacionais**, 16., 2008, Caxambú (MG). Anais... Caxambú: ABEP, 2008.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report 2020**. Nova Iorque, 2020.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M.. Introductory Econometrics: A Modern Approach. **Mason**: South-Western, 2019